

Primeiro Plano



Um ministro que num mês e meio já disse ao que vinha



Aceitou trocar o lugar em Cambridge como investigador na área do cancro para concorrer como cabeça de lista do PS por Viana do Castelo às legislativas de 4 de outubro. Já disse que nunca antes tinha sido militante de qualquer partido, mas que se considerava homem de Esquerda. E foi apoiado por todos os partidos de Esquerda que chegou a ministro da Educação, uma pasta que tanta polémica levantou na última legislatura. Num mês e meio, Tiago Brandão Rodrigues praticamente eclipsou a política de Nuno Crato.

Avaliação Ministro adota provas de aferição a meio de todos os ciclos e só mantém o exame do 9.º ano. Oposição acusa Tiago Brandão Rodrigues de radicalismo

Mais uma reviravolta na educação

Leonor Paiva Watson
leonorpaiva@jn.pt

► Tiago Brandão Rodrigues surpreendeu tudo e todos ao mudar profundamente a avaliação do Ensino Básico. Apesar de manter o exame do 9.º ano, decidiu introduzir provas de aferição a meio de cada ciclo. Passam a ser nos 2.º, 5.º e 8.º anos. A medida contraria o parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) e é aplaudida por alguns dos parceiros, que alertam, no entanto, para a necessidade de dotar as escolas de recursos para cumprir os objetivos definidos.

Concretamente, os alunos do 4.º ano, tal como já se sabia, não vão fazer exame; mas ficamos a saber agora que os cem mil do 6.º ano, que iriam realizar em maio as provas finais de Matemática e Português, também já não vão. Resumindo, acabam os exames de final de ciclo até ao 9.º ano. Serão os discentes dos 2.º, 5.º e 8.º anos que serão chamados a provas de aferição, ainda que estas não contem para nota final. O objetivo, esclareceu ontem a tutela num comunicado, é "agir atempadamente sobre as dificuldades detetadas".

Manuel Pereira, da Associação Nacional de Dirigentes (ANDE) afirma-se "a favor das provas de aferição", argumentando que "o modelo de exames que tínhamos era prejudicial, porque, nos anos de exame, só se trabalhava para Português e Matemática, esquecendo as outras áreas". Aquele dirigente esclarece, porém, que "a ANDE só discorda com a aplicação do modelo já este ano letivo".

Os diretores assinalam "a grande mudança", mas não discordam. Filinto Ramos Lima, da Associação Nacional de Diretores (ANDAEP), lamenta, porém, "a não existência de um consenso político na matéria". "Daqui a quatro anos temos exames e depois daqui a oito não temos outra vez?", questiona.

Como resolver dificuldades?
A Federação Nacional de Professores (Fenprof) vai mais longe e recorda que "as escolas estão depauperadas". Mário Nogueira, líder da federação, lembra que "o último ministro reduziu créditos de horas e diversos apoios, impondo ainda

aos equipamentos que só realizassem os seus projetos se tivessem meios". Nogueira saúda a decisão do ministro, concorda com as aferições a meio dos ciclos, mas pede que se olhe para as escolas, que "estão muito fragilizadas".

Já a Federação Nacional de Educação (FNE) considera negativo que as decisões agora anunciadas tenham efeitos no presente ano letivo. "Decisões desta natureza deveriam ser tomadas com antecedência, de forma a que, quando um ano letivo começa, se conheçam na totalidade as suas regras de concretização", defende em comunicado.

Finalmente, a Confederação Nacional de Associações de Pais (Confap) assinala que é, de facto, "uma grande mudança", mas congratula-se com o facto de este ser um modelo que "pretende corrigir dificuldades e não excluir alunos".

Ministro acusado de radicalismo
Entretanto, ontem, PSD e CDS-PP acusaram o Governo de radicalismo. Pelas vozes do vice-presidente da bancada social-democrata Amadeu Albergaria e de Ana Rita Bessa (CDS-PP), este ministro está a seguir uma agenda "ideológica sindical".

Os deputados da Direita vão mesmo mais longe e acusam Tiago Brandão Rodrigues de adotar uma política "radical de extrema-esquerda" ao acabar com os exames nos 4.º e 6.º anos, "abalando" a estabilidade do ano escolar. "Qualquer aluno só terá uma avaliação vinculativa externa aos 15 anos", lamentou, por exemplo, a deputada centrista. ●

saber mais :

Datas das provas

● Já este ano letivo, as provas dos 2.º e 5.º anos serão feitas na última semana de aulas e as do 8.º ano após esta última semana de aulas (o último período acaba no dia 9 de junho). As do 5.º e 8.º anos serão a Português e a Matemática, mas, a partir do próximo ano letivo (2016/17), passarão a abranger outras áreas do currículo dos alunos.

Que matérias nas provas

● No 2.º ano, a aferição abarcará "todas as áreas do currículo". Para este ano, mantêm-se as provas de Português e Matemática, "ambas com uma componente de Estudo do Meio". Para o próximo ano, abrangerá também a área de Expressões.



Exame de Inglês da Cambridge "é incompatível com modelo proposto" e vai cair

► O exame de Inglês do 9.º ano, da responsabilidade da Cambridge, está "suspensão, dada a incompatibilidade dos termos de aplicação com o modelo de aferição e avaliação agora proposto", explicou ontem o Ministério da Educação. A suspensão do Preliminary English Test (PET) é mais uma novidade. Recorde-se que o PET deveria, já este ano letivo, contar para a nota final de Inglês dos alunos do 9.º ano.

ID: 62598513

09-01-2016

Dirigentes Receio de algum facilitismo

Manuel Pereira, da Associação Nacional de Dirigentes Escolares (ANDE), defende as provas de aferição, mas entende que o modelo deveria ser aplicado só para o ano, recendo que acabe por mostrar algum "facilitismo", quando isso "não deve, de modo algum, acontecer".

**Sindicatos Dar às escolas condições**

Para a Fenprof, a aferição deverá servir para serem compreendidos os problemas dos alunos, para que sejam resolvidos "em devido tempo". Nesse sentido, as escolas têm que ser dotadas de condições para desenvolverem "estratégias de superação" das dificuldades.

**País Modelo é uma boa oportunidade**

Jorge Ascensão, da Confederação Nacional de Associações de Pais (Confap), defende que este modelo "é uma boa oportunidade de melhorar", porque, à partida, "pretende corrigir e não excluir", mas sublinha "a importância de uma avaliação externa".

flash:

"Provas finais tendem a reduzir a qualidade do ensino"



José Matias Alves
Catedrático da Universidade Católica

É salutar para o sistema educativo alterar constantemente as suas formas de avaliação?

Não é salutar uma alteração constante das regras de avaliação dos alunos. Não é salutar para as aprendizagens dos alunos, para a eficácia da ação dos professores, para a confiança social que o sistema educativo precisa de ter. Deve, no entanto, reconhecer-se que esta prática não é uma especificidade desta legislatura. Na anterior, houve também alterações a destempo, desrespeitando as expectativas das escolas e das comunidades educativas e tomando medidas voluntaristas, sem sustentação técnica e credibilidade científica.

As provas finais são mais prejudiciais ou benéficas para avaliar o ensino e os alunos?

As provas finais devem fazer parte de um dispositivo que promova mais aprendizagens nos

alunos e que induza os professores, as escolas e as famílias a cooperarem para que este objetivo se cumpra. Ainda há pouco tempo, a OCDE afirmava que Portugal avaliava mal os seus alunos. E avaliava mal porque o sistema de avaliação nos seus diferentes usos estava mais ao serviço da medida, da sanção e da seleção do que da promoção do conhecimento, da inclusão e das aprendizagens. A questão tem, pois, de ser colocada nos efeitos gerados ao nível das disposições de alunos e professores e do potencial de aprendizagem pessoal e socialmente relevante que promove ou não. Os dados empíricos disponíveis induzem a pensar que as provas finais são um termómetro que mede a temperatura do doente, mas não contribuem por si só para melhorar a qualidade do ensino e aprendizagens. Tendem, aliás, a reduzi-las.

Que critérios deveriam seguir as políticas educativas?

Em síntese, diria: políticas mais duradouras, sistémicas e negociadas. Instituições que têm os meios para serem autónomas e sabem justificar a utilização desses meios. Profissionais competentes, autónomos e reflexivos, empenhados em melhorar, de forma contínua e cooperativa, as aprendizagens dos alunos. Lideranças mais profissionais e libertas da asfixia burocrática. Currículos mais flexíveis baseando-se no essencial e visando objetivos de formação explícitos e razoáveis. Didáticas focalizadas em fazer aprender os alunos e dispositivos pedagógicos que criem situações fecundas de aprendizagem. Uma organização do trabalho escolar posta prioritariamente ao serviço de uma pedagogia diferenciada. Uma visão equitativa e negociada do trabalho educativo entre pais e a escola. Uma cultura de avaliação mais inteligente. **N.M.R.**

Maior febre reformista partiu de Nuno Crato

Ministro da Educação de 2011 a 2015, Crato foi quem mais alterações fez à avaliação de alunos no Ensino Básico

Ex-titular da pasta, Maria de Lurdes Rodrigues estabeleceu bases de políticas agora revogadas



► A passagem de Nuno Crato pelo Ministério da Educação, entre 2011 e 2015, traduziu-se no maior número de despachos e decretos-lei relativos à forma de avaliação dos alunos no Ensino Básico, ao longo dos últimos 30 anos. Das mais de 25 alterações, revogações e introdução de novas medidas no setor nesse período, um terço partiu do cunho daquele ex-governante do Governo PSD/CDS-PP.

Tal realidade consta no relatório técnico "Avaliação das aprendizagens dos alunos no Ensino Básico", que acompanha o parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE), pedido pela Assembleia da República, no âmbito da análise de um projeto de lei comunista que visa a eliminação dos exames nos 6.º e 9.º anos. Aliás, o CNE critica nesse parecer o ímpeto de alterações impostas ao sistema verificado desde o ano 2000.

De acordo com o documento, a revisão da organização curricular dos 2.º e 3.º ciclos, logo em agosto de 2011 – dois meses após as eleições legislativas que deram a vitória a Passos Coelho –, traduz bem o que se seguiu no mandato de Crato: uma febre reformista, que passou por revogar tudo o que conflituava com a conceção que o então ministro queria implementar.

As alterações e as revogações que se verificaram em quatro anos atingiram transversalmente despa-

chos e decretos-lei de anteriores governações socialistas e social-democratas. E nos últimos dois anos de mandato, o ex-ministro da Educação insistiu em aperfeiçoamentos aos seus próprios decretos. Já a ex-ministra socialista Maria de Lurdes Rodrigues foi a segunda maior autora de despachos sobre a avaliação no Ensino Básico.

Reforço de provas em 2012

A nível europeu – destaca o relatório do CNE – Portugal foi dos primeiros a aplicar exames nacionais

Portugal no topo dos países que mais exames decisivos aplicam aos alunos

decisivos no 1.º e 2.º ciclos, em 1947 – que desapareceram em 1974.

Já no ano letivo de 2010/2011, era um dos países que mais exames decisivos aplicava aos seus alunos (9.º, 11.º e 12.º anos), a par da Turquia e Suécia. Um cenário que se reforçou com a aposta da anterior legislatura, em 2012, nos exames nos 4.º e 6.º anos.

NUNO MIGUEL RÓPIO



Isto mesmo foi anunciado pelo ex-ministro da Educação, Nuno Crato, no mês de julho, quando apresentou os resultados do teste feito no ano letivo de 2014/15. O PET foi aplicado pela primeira vez naquele ano e foi muito contestado. Os sindicatos, por exemplo, afirmaram que a iniciativa desrespeitava os professores de Inglês, por obrigá-los a uma formação extra que os certificasse para o efeito.



Reviravolta na educação

Ministro anuncia provas de aferição no 2.º, 5.º e 8.º anos e acaba com exame no 6.º • Sindicatos e diretores aprovam mas pedem meios para as escolas

Páginas 4 e 5